



**ESCOLA DE  
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



**EQUIDADE:**

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA  
EDIÇÕES

editora  
UEA

## **GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Wilson Lima  
**Governador**

### **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib  
**Reitor**

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro  
**Vice-Reitor**

Profa. Dr. Raimundo de Jesus Teixeira Barradas  
**Pró-Reitor de Ensino de Graduação**

Prof. Dr. Valber Barbosa de Menezes  
**Pró-Reitora de interiorização**

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho  
**Pró-Reitora de pesquisa e pós-graduação**

Profa. Dra. Joésia Moreira Julião Pacheco  
**Pró-Reitora de Planejamento**

Prof. Dr. Darlisson Sousa Ferreira  
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos  
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior  
**Pró-Reitoria de Administração**

Profa. Dra. Isolda Prado  
**Diretora da Editora UEA**

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro  
**Coordenação do Programa de  
Pós-Graduação em Direito Ambiental**

## **EQUIDADE: REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA**

### **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

Profa. Dra. Ricardo Tavares de Albuquerque  
**Coordenação do curso de Direito**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA  
Profa. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira,  
UEA

#### **Editores Chefe**

Profa. Msc. Monique de Souza Arruda  
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto  
**Editores Assistentes**

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUC-SP  
Profa. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS  
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP  
Profa. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG  
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA  
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA  
**Conselho Editorial**

Profa. Dr. Lidianie Nascimento Leão, UFOPA  
Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira, UFPA  
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA  
**Comitê Científico**

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG  
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA  
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA  
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA  
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda  
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA  
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA  
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA  
**Avaliadores**

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA  
**Primeira Final**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA  
**Revisão Final**



## **I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA  
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA  
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA  
**Organizadores**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA  
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA  
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA  
**Comissão científica do evento**

Ana Beatriz Andreoli de Souza  
Bianor Saraiva Nogueira Júnior  
Bruna Maria da Silva Mota  
Denison Melo de Aguiar  
Gabriel de Siqueira Corrêa  
Giovana Almeida da Silva  
Heitor Lucas Rodrigues Pontes  
Neuton Alves de Lima  
Pedro Luís da Silva Teles  
Rebeca de Lima Nogueira  
**Comissão Organizadora**



**Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA  
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA  
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

**Organizadores**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA  
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA  
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

**Comissão Científica**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA  
Bruna Maria da Silva Mota

**Formatação**

Bruna Maria da Silva Mota

**Primeira revisão**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA  
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA  
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

**Revisão final**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas**

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; NOGUEIRA JUNIOR, Bianor Saraiva; AGUIAR, Denison Melo de. **Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal.** Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2025). Manaus: Curso de Direito, 2025.

Anais

1. Direito – Periódicos. I. Título

CDU 349.6



## APRESENTAÇÃO

As cotas universitárias são utilizadas cada vez mais nas instituições de ensino superior, no Brasil, a fim de que o direito social à educação seja garantido de forma mais equilibrada entre a diversidade estudantil. A política de cotas representa a efetivação da igualdade material, pois permite a adoção de medidas de ação afirmativa, pelas universidades públicas, para corrigir desigualdades históricas e sociais.

Diante desse cenário, esta obra oferece ao leitor uma coletânea de artigos, produzidos por professores e alunos do Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), como resultado de uma pesquisa acadêmica, cujos textos foram defendidos pelos autores no “I Seminário de Avaliação da Legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da Legística e da Constituição Federal”, realizado pela Clínica de Estudos Constitucionais (CEC/UEA).

A temática aqui apresentada é especialmente relevante em um contexto em que a desigualdade social ainda é uma realidade que precisa ser enfrentada com ações concretas e eficazes. A UEA, ao adotar as cotas, demonstra seu compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento e com a construção de uma sociedade mais justa e plural.

A pesquisa envolveu análise das normas e dos princípios jurídicos aplicáveis à política de cotas universitárias, especialmente a análise dos instrumentos jurídicos utilizados para criação, implementação e os critérios de seleção dos beneficiários das cotas da UEA. Levou-se em consideração as normas constitucionais, como os princípios da dignidade humana, da igualdade e da não-discriminação, diante das limitações impostas ao poder público em relação ao tratamento diferenciado de grupos sociais específicos.

A pesquisa demonstrou que um dos desafios é encontrar o equilíbrio entre a necessidade de promover a inclusão social por meio das cotas e o respeito aos princípios e às normas jurídicas que regem a matéria. Além disso, outro desafio às universidades é garantir que as políticas de cotas sejam efetivas e atendam aos seus objetivos, evitando distorções e

desvios que possam comprometer a sua legitimidade e a sua eficácia, sobretudo com o § 16, no art. 37 da CF, pela Emenda Constitucional nº 19, de 2021, que impõe à administração pública o dever de realizar avaliação das políticas públicas na forma da lei.

Convidamos você, leitor, a embarcar nesta jornada de conhecimento e reflexão. Esperamos que esta coletânea inspire novas idéias e ações em prol de uma sociedade mais inclusive respeitosa dos direitos de todos os cidadãos.

Manaus, 08 de julho de 2025.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima

Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar

**UMA ANÁLISE DA LEI DE COTAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO  
AMAZONAS SOB O PRINCÍPIO DA IGUALDADE**  
**AN ANALYSIS OF THE QUOTA LAW OF THE AMAZONAS STATE UNIVERSITY  
UNDER THE PRINCIPLE OF EQUALITY**

Ana Claudia Ramos Barreto<sup>1</sup>  
Diego Ricardo Lima Soares<sup>2</sup>  
Neuton Alves de Lima<sup>3</sup>

## **1 INTRODUÇÃO**

A Constituição Federal, em seu Art. 5, garante aos cidadãos brasileiros o direito a igualdade, como descrito a seguir: “Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade...”. Sendo este um dos princípios pilares da sociedade brasileira, é de suma importância que esteja presente em todos os âmbitos sociais. Nesse aspecto, o presente estudo tem por objetivo analisar a Lei 2.894 de 31 de maio de 2004, legislação que trata da política de cotas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), buscando verificar se a Instituição, durante vinte anos, realmente se valeu de uma legislação igualitária no concurso de oportunidades e no ingresso dos alunos ou apresentou lacunas que prejudicaram os estudantes.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A lei de cotas da Universidade do Estado do Amazonas é de extrema importância, pois apresenta meios que visam garantir o acesso de muitos estudantes ao ensino superior, sendo estes, de diversos grupos sociais que passam por exclusões de cunho histórico dentro da sociedade brasileira. São eles, pretos, pardos, indígenas, pcd's, grupos marginalizados que vivem de forma indigente, às margens da sociedade. Nesse cenário, a política de cotas surge para garantir certa igualdade no ingresso à Universidade desses grupos, tornando o acesso ao ensino superior, de certa forma, mais “possível”, tendo em vista que, são grupos que não apresentam recursos suficientes e não tem um conhecimento estudantil de qualidade, devido a escassez e a deficiência na educação brasileira.

## **3 PROBLEMA DE PESQUISA**

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de Direito; e-mail: acrb.dir23@uea.edu.br

<sup>2</sup> Estudante do curso de Direito; e-mail: drls.dir23@uea.edu.br

<sup>3</sup> Professor da Escola de Direito da UEA e do PPGSP/UEA. Mestre em Direitos Humanos, Segurança Pública e Cidadania pelo PPGSP/UEA. Doutor em Direito pelo PPGD/UFGM. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Procurador Federal/AGU. Email: nalima@uea.edu.br

Ainda que, visando garantir a igualdade no ingresso dos estudantes brasileiros ao ensino superior, a lei de cotas não se apresenta com total eficiência, muitos cotistas usam de fraude para conseguir o acesso à Universidade, ocupando as vagas que deveriam ser preenchidas pelos grupos marginalizados, pessoas carentes, por exemplo, os indígenas que vivem em comunidades afastadas e muitas vezes tem um péssimo acesso a educação, ou os pretos e pardos, que por muitos anos sofreram e ainda sofrem com a discriminação, dificultando seu acesso ao ensino. Desta forma, compreende-se que há uma falta de leis complementares que supram essa carência e possam regulamentar e fiscalizar de forma mais eficiente os ingressos estudantis.

#### **4 HIPÓTESES**

Com relação ao problema apresentado, surgem hipóteses que podem guiar-nos a um melhor conhecimento e conclusão de como esses problemas surgem e como sana-los. É de extrema visibilidade as lacunas que a Lei 2.894 de 31 de maio de 2004 deixa em aberto, uma delas, a facilidade na fraude quanto a comprovação do cotista, por exemplo, a lei para cotas raciais enfatiza para o preenchimento de vagas para pretos apenas a autodeclaração, o que facilita demais as fraudes e, assim, muitas pessoas se utilizam das cotas de forma equivocada, tanto conhecimento ou não do seu próprio erro. Outro exemplo é a comprovação dos três anos cursados em escola pública, muitos alunos da mais alta sociedade utilizam-se deste meio para pleitearem uma vaga na Universidade, no entanto, os mesmos tem recursos suficientes para investirem em professores, cursinhos ou até uma faculdade particular, tirando, assim, as vagas daqueles que não possuem condições nem mesmo de estudar.

#### **5 OBJETIVOS**

Tem-se como objetivo principal a análise da Lei 2.894 de maio de 2004 sob a luz do princípio da igualdade na sociedade brasileira. Essa lei realmente promove a igualdade no concurso de pessoas e no acesso ao ensino superior? Devemos analisar até onde vai sua eficiência, como e quais leis complementares devem ser criadas para regulamentar as políticas de cotas de forma que se promova a igualdade pleiteada na Constituição Federal.

#### **6 METODOLOGIA**

Para a realização do presente trabalho foram utilizados os métodos de pesquisa e leitura de diversos artigos e documentos que tratam sobre o assunto citado, de modo que, pudesse ser feita uma análise geral e didática a respeito do problema de pesquisa descrito.

#### **7 RESULTADOS ALCANÇADOS**

De acordo com o trecho da pesquisa “O número de ingressos no ensino superior por meio do sistema de cotas no Brasil teve aumento de 167% em dez anos, de acordo com o Censo da Educação Superior 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais (Inep). No último anos, foram 108.616 estudantes que usufruíram das cotas para ter acesso à universidade”, observa-se que as cotas são de extrema importância para o ingresso dos estudantes nas universidades, ainda que apresentem falhas na sua aplicabilidade devido as fraudes, ou seja, com mecanismos certos elas podem ser uma grande facilitadora ao ingresso dos alunos marginalizados.

No entanto, como abordado anteriormente, o presente excerto tem por objetivo analisar a funcionalidade da política de cotas sob o prisma do princípio da igualdade, previsto na Constituição Federal, ou seja, se há de fato uma igualdade de direitos quando se diz respeito as cotas ou é um mecanismo para fraudes e acesso facilitado no ingresso ao ensino superior.

Segundo pesquisas, “ As universidades federais brasileiras registraram pelo menos **271 casos de uso indevido de cotas raciais** por estudantes entre o começo de 2020 e o fim de 2022. Em média, são mais de 7 situações comprovadas a cada mês, referentes a alunos que já estudavam nas instituições quando as irregularidades foram verificadas”, “Além disso, quase 6% das reclamações tiveram sua apuração inviabilizada, pois os alunos já haviam abandonado o curso ou colado grau antes do fim da investigação”, isso mostra que aqueles que deveriam realmente ocupar as vagas não tem a oportunidade e os fraudadores só são descobertos tempos depois, ou seja, após a oportunidade daqueles que necessitam ter cessado, visto que, os concursos ocorrem todos os anos e a entrada de estudantes é muito numerosa.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa pode-se concluir que as leis de cotas são muito importantes pois garantem o acesso as universidades de muitos estudantes que não teriam como acessá-las sem esta legislação, no entanto, verifica-se a importância de leis complementares que sejam eficazes para garantia da certa utilização das cotas, ou seja, leis que definam aqueles que realmente podem utilizar as cotas, que regulamentem e afirmem a questão das fraudes através de instituições fiscalizadoras.

Ademais, fica claro que as cotas são um mecanismo que podem trazer a igualdade de oportunidade do ingresso dos estudantes ao ensino superior se utilizada de maneira correta e eficaz. São indispensáveis tendo em vista que o Brasil é um país de desigualdades extremas, sendo importante a elaboração de mecanismos que diminuam estas desigualdades, ou melhor, os impactos destas desigualdades na vida de milhões de estudantes e pessoas que vivem as margens da sociedade e buscam oportunidade de mudar de vida a todo instante

**PALAVRAS-CHAVE:** Igualdade; Política de Cotas; Fraude;

**KEYWORDS:** Equality; Quota Policy; Fraud;

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br> > Acesso em: 14 de julho de 2024.

BARROS, William. **Universidades Federais registram mais de 7 casos de uso irregular de cotas raciais por mês.** Disponível em: < [https://www. https://g1.globo.com](https://www.g1.globo.com)>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

NÓBREGA, Ana. **O que é igualdade na sociedade?.** Disponível em:< <https://www.ecycle.com.br>> Acesso em: 14 de julho de 2024.

MUDES, Canal. **Cotas: o que são e qual é a sua importância.** Disponível em:< <https://www.mudes.org.br>> Acesso em: 14 de julho de 2024.

Data de submissão: 14 de julho de 2024.

Data de aprovação: 26 de julho 2024.